DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXIII Nº 5148
23 de Setembro de 2025
Segunda-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENDSEF

A farsa dos supersalários contra o funcionalismo público

A proposta de reforma administrativa em debate na Câmara dos Deputados tem sido apresentada como uma medida de "modernização" da gestão pública, mas revela outro cenário: não há combate a privilégios, tampouco enfrentamento das distorções salariais nos altos escalões do funcionalismo. O verdadeiro alvo da reforma são os servidores de base, justamente aqueles que garantem o funcionamento cotidiano do Estado brasileiro.

Enquanto mantém intocáveis os supersalários do setor público, o projeto promove cortes e flexibilizações que atingem diretamente a maioria dos servidores civis, especialmente aqueles que ocupam cargos nos planos PGPE, PST e correlatos do Executivo Federal. Benefícios como estabilidade, progressão de carreira e garantias previstas na Constituição estão sob ameaça, o que abre caminho para o aparelhamento do Estado, aumento da rotatividade e precarização dos serviços públicos essenciais.

De forma explícita, o relator da proposta, deputado Pedro Paulo, afirmou que a questão dos supersalários não será incluída na reforma, por ser um "ponto delicado". Também os militares permanecerão fora do alcance das mudanças propostas.

A atual proposta de reforma não mira os verdadeiros privilégios. Um projeto sério de reforma administrativa deveria, antes de tudo, fortalecer o serviço público, garantindo estabilidade, concursos regulares, remuneração justa e condições dignas de trabalho. Isso é fundamental para evitar práticas como apadrinhamento político, descontinuidade de programas e precarização de áreas como saúde, educação, assistência social e segurança.

Ao isentar os setores privilegiados e penalizar quem carrega nas costas o funcionamento da máquina pública, os debates que envolvem essa reforma administrativa revelam seu verdadeiro propósito: redução do papel do Estado como garantidor de direitos para transformá-lo em balcão de negócios a serviço do capital financeiro.

Por isso, servidores, movimentos sociais e parlamentares comprometidos com o interesse público têm uma única resposta possível:

Cancela a Reforma já!

Fonte: Condsef

Vitória do povo: Senado barra PEC da Blindagem

O relator da PEC na CCJ, senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ao ler o seu relatório disse que o texto aprovado pelos deputados federais servia para "satisfazer interesses particulares e espúrios" e que "a proteção de mandatos parlamentares não é compatível com a criação de obstáculos para crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e homicídios".

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias

Isenção do IR deve ser votada na semana que vem mas oposição quer atrapalhar

A proposta do presidente Lula (PT) de isentar do Imposto de Renda (IR) quem recebe renda de até R$ 5 mil ao mês, o que deverá beneficiar 20 milhões de brasileiros e brasileiras continua patinando no Congresso Nacional. Tanto na Câmara como no Senado a oposição ao governo federal, principalmente o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, segue colocando empecilhos para a aprovação de projetos neste sentido. No Senado tramita o projeto do senador Eduardo Braga (MBD-AM), e na Câmara o do governo federal. Ambos preveem a isenção até R$ 5 mil.

O presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB) disse na segunda-feira (22) num evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo, que chamou o deputado Arthur Lira (PL-AL), relator do projeto, para ir ao colégio de líderes esta semana explicar o seu relatório, e para que, ouvindo o colégio, se possa ter ainda esta semana uma posição sobre a pauta e, se possível, ser levada na semana que vem para votação.

Motta disse que os parlamentares vão poder propor emendas a esse projeto, mas ressaltou que é preciso ter responsabilidade com as contas públicas.

"É claro que cada partido tem o direito de propor emenda, de fazer destaque. O plenário será soberano ao final dessa decisão, se muda a compensação, se retira a compensação, se aumenta essa faixa de isenção. Tudo isso é possível. Eu só penso que cada atitude que for ser tomada por cada partido também tem a responsabilidade sobre a consequência dessa atitude, porque nós estamos tratando das contas públicas do país", falou.

É exatamente essa possibilidade de propor emendas que o PL quer aproveitar para tumultuar a aprovação da isenção. Segundo reportagens, a oposição quer transformar a pauta numa bomba fiscal para o governo Lula.

A ideia desses parlamentares é a de passar uma proposta de isenção até R$ 10 mil mensais, o dobro do valor estipulado pelo governo federal. Além disso, o PL defende que não haja qualquer tipo de compensação para a perda de arrecadação aumentando o déficit público. A proposta do governo federal prevê o aumento de imposto para quem tem renda de R$ 50 mil mensais para compensar a perda de arrecadação com a isenção.

E no Senado...

Enquanto o texto do governo federal, enviado em 18 de março deste ano, ainda não é posto em votação na Câmara Federal, o Senado decidiu analisar o projeto do senador Eduardo Braga (MBD-AM), que é uma alternativa à proposta do Executivo para a isenção da faixa de R$ 5 mil (PL 1.087/2025).

O texto da proposta do senador seria analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta quarta-feira (24) pela manhã, após o presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), ter apresentado o seu relatório, porém o senador Izalci Lucas (PL-DF) apresentou pedido de vistas, dizendo que o assunto merecia uma análise mais aprofundada. A expectativa é que o texto volte a ser analisado nesta quarta-feira (24).

A proposta que tramita no Senado tem caráter terminativo. Isso significa que se for aprovada pela CAE ela será encaminhada diretamente à Câmara sem a necessidade de ser apreciado pelo plenário da Casa. Se forem apresentados recursos o texto será direcionado para análise de todos os senadores.

Novas regras (Agência Senado)

O relatório de Renan Calheiros é um substitutivo ao projeto original. Segundo ele, a ideia foi "conjugar justiça social, progressividade, segurança jurídica e responsabilidade fiscal" e alinhar o sistema tributário brasileiro "às melhores práticas internacionais".

No campo do Imposto de Renda da Pessoa Física, o relator manteve os redutores para rendimentos mais baixos, de forma que as rendas mensais de até R$ 5 mil tenham isenção integral e as rendas entre R$ 5.001 e R$ 7.350 contem com redução decrescente do Imposto de Renda, corrigindo a defasagem da tabela. O substitutivo também cria o Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo, aplicável às rendas acima de R$ 600 mil. A alíquota varia de forma progressiva de 0% até 10%, alcançando o teto para rendas superiores a R$ 1,2 milhão anuais.

Quanto aos lucros e dividendos, o relatório mantém a isenção para valores até R$ 50 mil mensais recebidos por pessoas físicas residentes no Brasil, com retenção de 10% na fonte sobre os montantes que excederem esse limite. Dividendos remetidos ao exterior passarão a ser tributados à alíquota de 10%.

Mais em www.cut.org.br

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais:* Rafael Costa